COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA REQUERIMENTO Nº de 2024.

(Da. Sra. Sâmia Bomfim)

Requer a realização de Seminário para debater "O Novo Arcabouço Fiscal e o Pacote de Cortes de Gastos: impactos na saúde, educação, seguridade social e direitos trabalhistas".

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., nos termos do art. 58, 2°, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização do seminário "O Novo Arcabouço Fiscal e o Pacote de Cortes de Gastos: impactos na saúde, educação, seguridade social e direitos trabalhistas". Sugeriremos posteriormente as indicações de instituições e participantes convidados.

JUSTIFICAÇÃO

O Novo Arcabouço Fiscal foi criado para impor limites rígidos aos gastos sociais e investimentos públicos, enquanto mantém intactas as despesas financeiras, beneficiando grandes rentistas por meio do pagamento de juros. Essa estrutura gerou incompatibilidades com os pisos constitucionais de saúde, educação, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e benefícios previdenciários e de seguridade social vinculados ao salário mínimo.





Apresentação: 12/11/2024 19:11:08.243 - CLF

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

A fórmula fiscal atual foi estruturada para impedir que esses direitos, vinculados ao crescimento da receita corrente líquida (no caso da saúde), à receita de impostos (no caso da educação) e ao reajuste do salário mínimo (no caso do BPC e da previdência), sejam acomodados dentro dos limites estabelecidos. Essa configuração impede que os gastos cresçam conforme a demanda social e a dinâmica econômica, levando a uma compressão contínua desses direitos.

Inclusive, foi anunciado um conjunto de cortes sociais a ser implementado no final deste ano, afetando áreas como saúde, educação, BPC e seguro-desemprego. Essas medidas, ainda em detalhamento, fazem parte de uma estratégia de austeridade que aprofunda o Novo Arcabouço Fiscal, ameaçando diretamente conquistas sociais históricas. Tais ações impactam particularmente grupos vulneráveis, como mulheres idosas negras e pessoas com deficiência, que dependem desses direitos para sobreviver.

Diante desse cenário, é essencial realizar um seminário para debater os impactos dessas mudanças nos direitos fundamentais dos cidadãos e na estabilidade social do país.

Sala das Comissões.

de 2024.

Deputada Sâmia Bomfim

PSOL/SP



